



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

JARLINE DOS SANTOS CARDOSO

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DE UMA PROFESSORA DE
QUÍMICA: UMA REFLEXÃO AUTOETNOGRÁFICA

AREIA
2023

JARLINE DOS SANTOS CARDOSO

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DE UMA PROFESSORA DE
QUÍMICA: UMA REFLEXÃO AUTOETNOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Licenciatura em
Química da Universidade Federal da
Paraíba – campus II, como requisito parcial
à obtenção do título de Licenciada em
Química.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cristina da
Silva Daxenberger

AREIA

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C268e Cardoso, Jarline dos Santos.

A educação inclusiva na formação de uma professora de química: uma reflexão autoetnográfica / Jarline dos Santos Cardoso. - Areia:UFPB/CCA, 2023.

40 f. : il.

Orientação: Ana Cristina da Silva Daxenberger.
TCC (Graduação) - UFPB/CCA.

1. Química. 2. Inclusão. 3. Formação docente. 4. Ensino de química. 5. Educação especial. I. Daxenberger, Ana Cristina da Silva. II. Título.

UFPB/CCA-AREIA

CDU 54(02)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE QUÍMICA

DEFESA DO TRABALHO DE GRADUAÇÃO

Aprovada em 06 /06/2023

**“A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA FORMAÇÃO DE UMA
PROFESSORA DE QUÍMICA: UMA REFLEXÃO
AUTOETNOGRÁFICA”**

Autor: Jarline dos Santos Cardoso

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina da Silva Daxenberger
Orientadora – UFPB

Prof.^a. Dr^a. Maria Betania Hermenegildo dos Santos
Examinadora – UFPB

Prof. Me. Cauby Dantas
Examinador – UFPB

A minha FAMÍLIA, pela dedicação, auxílio,
companheirismo, amizade, por tudo, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Ana Cristina, por seu empenho, empatia e profissionalismo.

Aos professores Maria Betânia e Cauby por participarem da banca avaliativa e contribuir de forma significativa na minha formação. Agradecê-los também por todas as orientações ao longo do curso.

A toda minha família, com ênfase a meu pai Chel, sendo o principal responsável de motivação para eu seguir esse caminho da educação. Me incentivou e buscou formas de me ajudar mesmo sem ter condições. À minha mãe, Zezé, por todo cuidado comigo e apoio. Por sempre acreditar em mim, por ser essa guerreira que merece o mundo. Dedico esse trabalho a sua profissão de merendeira que me criou e agora esta me formando.

Aos meus avós, Neco Santino e Antônia, as minhas tias e tios, primas e primos, por compreenderem a minha ausência nas reuniões familiares.

Às minhas madrinhas Taninha e Joselma e meu padrinho Zé Márcio por estarem sempre rezando e torcendo por mim.

De forma especial agradeço a minha prima Renata, minhas comadres e amigas Suely, Ceíça, Ângela, Nanda, Núbia e meus irmãos: Janilton, Jailma e Jakeline, por serem minhas fontes de felicidade, cumplicidade, carinho, verdadeiros e eternos amigos (as).

todos os meus amigos e amigas frutos da graduação, em especial a: Priscila Costa que me acolheu na cidade de Areia e em sua família, a Mayra, Quellya, Andressa, Thomas, Nathalia, Betinho, Walisson, Helayne e todos os outros que sabem o carinho que eu tenho. De forma especial quero agradecer a Érika por ser incrível e me ajudar sempre que precisei, inclusive me dando forças para finalizar o TCC, obrigada por tudo.

Aos professores do Curso da UFPB, em especial, Betânia, Pércles, Kaline, Ana Cristina, Magna, Lucina e todos os outros que contribuíram ao longo desses semestres, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UFPB, neste destaque os(as) técnicos(as) de Laboratório de Química Deydeby e Tereziana, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Ao senhor Assis, responsável pela residência e restaurante universitário, por ser prestativo e acolhedor nos momentos em que mais precisei.

A meu namorado Jeremias por me apoiar e me dar forças em todas as vezes que quis fraquejar. Por ter paciência e compreensão acerca da minha ausência durante os estudos, por todo cuidado e zelo.

Por fim, mas o principal de todos, sou grata a Deus por mais essa grande conquista alcançada.

*“O primeiro passo é o mais importante na
evolução de um homem ou nação.”*

(Oscar Wilde)

RESUMO

Após a declaração de Salamanca em 1994, surgiu o termo “educação inclusiva” que estabelece, junto com outros documentos, os direitos das pessoas com deficiência, sobretudo, o direito à educação. Nesse contexto, enfatiza-se a importância das discussões sobre educação inclusiva e especial nos cursos de formação docente, visto que, é na escola onde se inicia a inclusão ou a exclusão. O ensino de química que é visto por muitos como uma área complexa deve buscar seguir os documentos legais que direcionam como deve ser o processo de ensino aprendizagem de forma igualitária, respeitando as diferenças e diversidades. Assim, o objetivo desta pesquisa é compreender como o curso de licenciatura em Química da UFPB, no campus II está estruturado e tem possibilitado a formação do futuro docente para as práticas inclusivas, como também relatar experiências que marcaram sua formação. A partir do exposto, a tipologia desta pesquisa é qualitativa, relacionada a uma análise documental e uma escrita autoetnográfica, na qual a autora se põe como sujeito da própria pesquisa e relata suas próprias experiências contextualizando-as com suas autorreflexões. Com isso, constatou-se que a matriz curricular que compõe o Projeto Político Pedagógico do curso de Química está de acordo com o que é estabelecido pelos Conselhos Nacionais da Educação 2015 e 2019 sobre inclusão. Contudo, aponta-se que poderiam ocorrer trabalhos interdisciplinares entre algumas disciplinas pedagógicas e as disciplinas de educação especial para que pudessem desenvolver metodologias para o ensino de Química específicas para pessoas com deficiência. Desta forma, espera-se que a partir destas reflexões seja despertada ao leitor a importância de buscar práticas inclusivas.

Palavras-Chave: inclusão; formação docente; ensino de química; educação especial.

ABSTRACT

After the Salamanca declaration in 1994, the term “inclusive education” emerged, which establishes, together with other documents, the rights of people with disabilities, above all, the right to education. In this context, we emphasize the importance of disseminating inclusive and special education in teacher training courses, since it is at school where inclusion or exclusion begins. Chemistry teaching, which is seen by many as a complex area, must seek legal documents that direct how the teaching-learning process should be done in an equal manner, respecting differences and diversities. Thus, the objective of this research is to understand how the Chemistry degree course at UFPB, on campus II, is structured and has enabled the training of future teachers for inclusive practices, as well as reporting experiences that marked their training. Based on the above, the typology of this research is qualitative, related to a documentary analysis and autoethnographic writing, in which the author places himself as the subject of his own research and reports his own experiences, contextualizing them with his self-reflections. As a result, it was found that the curricular matrix that makes up the Pedagogical Political Project of the Chemistry course is in accordance with what is predicted by the 2015 and 2019 National Education Councils on inclusion. However, it is pointed out that interdisciplinary work could occur between some pedagogical disciplines and special education disciplines so that methodologies could be developed for teaching Chemistry specifically for people with disabilities. In this way, it is hoped that these reflections will make the reader aware of the importance of seeking inclusive practices.

Keywords: inclusion; teacher training; chemistry teaching; special education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CCA	Centro de Ciências Agrárias
CIA	Comitê de Inclusão e Acessibilidade
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNE	Conselho Nacional de Educação
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
PcD	Pessoa com Deficiência
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PRP	Programa de Residência pedagógica
PPC	Projeto Pedagógico do curso
PROLICEN	Programa de Licenciatura
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	15
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	19
4 ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM QUÍMICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS	22
5 FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O relato autoetnográfico	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho consiste em relatar a experiência de uma licencianda em Química, na perspectiva de formação sobre educação inclusiva durante sua trajetória acadêmica. Para isso optei por uma abordagem autoetnográfica, pois permite-me narrar sobre meu percurso formativo, assim como, autorrefletir com os pressupostos e práticas da educação inclusiva que adentrou na minha formação pessoal, profissional e política.

Inicialmente, devo explicitar que por ser uma obra autoetnográfica, o mesmo terá a escrita na primeira pessoa do singular, e em dados momentos, na primeira pessoa do plural, uma vez que não nos formamos isoladamente, mas sim a partir de interpelações-sociais, como Morin (2001) e Freire (1997) apontam sobre a constituição do ser. A escrita neste tempo verbal é permitida, pois a pesquisa autoetnográfica é construída a partir de observações e autocríticas na finalidade de estimular novas percepções acerca da realidade, e assim, tornar o indivíduo mais consciente. Esse processo permite que o pesquisador potencialize suas práticas pedagógicas, desenvolvimento pessoal, profissional e político (ROCHA; ARAÚJO; BOSSLE, 2018, p. 180). Esse modo de escrever é uma maneira de reconectar o pesquisador com suas próprias vivências de forma crítica, podendo ser escrito “geralmente na primeira pessoa do singular para contar algo vivido em uma interação direta ou quando foi testemunha ocular de um acontecimento” (ROCHA; ARAÚJO; BOSSLE, 2018, p. 177).

Sobre o recorte, a educação inclusiva, bem como, a educação especial, atualmente encontram-se como temas de diversas pesquisas, as quais podem ser encontradas em diferentes tipos de bancos de dados científicos, como, por exemplo, a SciELO. Antes disso, houve uma luta histórica para que fosse implantada essa modalidade de ensino nos sistemas educacionais no Brasil. Apenas em meados de 1990, iniciou-se a discussão sobre o ensino inclusivo, especificamente, em 1994, durante a Conferência Mundial de Educação Especial, na qual surgiu a Declaração de Salamanca (SOUTO; LIMA; PEREIRA, 2014). Esse documento foi composto por princípios e metas relacionadas à educação especial, e também, aos atendimentos educacionais especiais para aqueles indivíduos com dificuldades de aprendizagem, em decorrência de alguma deficiência. Esse marco inicial da luta contra a educação

restrita evidenciou a relevância da temática, contribuindo para o caminhar da aceitação do direito de uma educação para todos (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 1994).

Após acordos e declarações serem assinados pelos representantes de diferentes estados a respeito da temática em questão, foi estabelecido uma política denominada “educação inclusiva”. Vale dizer que o Brasil é signatário da Declaração de Salamanca (1994), como também da Declaração Mundial de Educação para todos (1990), essa traz em sua carta Magna a Constituição Federal (1988) os princípios de reconhecimento de direitos de todos em diferentes segmentos sociais (art. 3º, art. 5º, arts. 206 e 208).

Considerando o exposto, assim como outras políticas públicas¹, a de educação inclusiva também é passível de falha, pois, muitas vezes os sistemas de ensino não observam as demandas específicas dos educandos com deficiência, como também, a formação dos profissionais da educação (SANTOS; MARTINS, 2015 p. 396). Nesse contexto, a educação como sendo um processo de constante transformação, ela está evoluindo e desenvolvendo novos olhares sobre educação inclusiva e as diversidades, o que oportuniza a criação de novas práticas de inclusão. Parte desse desenvolvimento foi a inserção de componentes curriculares obrigatórios sobre educação inclusiva nos cursos superiores de formação, definidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) na Resolução nº. 2 de 1º de julho de 2015, que traz as Diretrizes Curriculares Nacionais, presentes no art. 14, no 2º parágrafo, que diz:

Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas (BRASIL, 2015, art. 14).

E ratificados pelo Parecer do CNE nº. 02 de 2019, que altera as Diretrizes Curriculares Nacionais sobre formação docente de 2015.

¹ “Política é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões.” (AZEVEDO, 2003)

Neste sentido, todos os cursos de formação para professores devem observar os preceitos legais que abordam os aspectos fundamentais sobre a formação docente na perspectiva da educação inclusiva. Durante esta pesquisa abordarei as questões relacionadas ao curso de licenciatura em Química do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como está previsto nas resoluções: CNE/CES nº. 08 de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Química; a Resolução CONSEPE/UFPB nº. 04/2004, que estabelece a Base Curricular para a Formação Pedagógica dos Cursos de Licenciatura; a Resolução CONSEPE/UFPB nº. 07/2010, que orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB, assim como as diretrizes fixadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, que orientam a elaboração curricular e a Base Nacional Comum Curricular (Base Nacional Comum Curricular, 2017).

Além destas, o Conselho Nacional de Educação na Resolução nº. 2 de 20 de dezembro de 2019, contém contribuições da inclusão na formação docente, as quais estão presentes no capítulo II, art. 5, no parágrafo único:

A inclusão, na formação docente, dos conhecimentos produzidos pelas ciências para a Educação, contribui para a compreensão dos processos de ensino aprendizagem, devendo-se adotar as estratégias e os recursos pedagógicos, neles alicerçados, que favoreçam o desenvolvimento dos saberes e eliminem as barreiras de acesso ao conhecimento (BRASIL, 2019, art. 5).

Através dos documentos citados, fica explícito que há direcionamentos importantes para serem seguidos quando se trata de educação inclusiva.

Nesse sentido, compreendo que os fundamentos de formação docente e educação inclusiva em minha formação, foram construídos durante a minha trajetória acadêmica como graduanda no curso de licenciatura em Química no CCA da UFPB. Para isso, inicialmente, tenho os seguintes questionamentos: Como me formei uma professora preocupada com os aspectos vinculados à educação especial, sendo uma professora em formação para o ensino de Química? Quais foram os componentes curriculares e as interveniências que me possibilitaram refletir e compreender a importância da educação inclusiva? Por que, como professora de Química, na educação básica, é importante compreender os fundamentos da educação inclusiva?

Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é:

- ✓ Compreender como o curso de licenciatura em Química da UFPB, no campus II, está estruturado e tem possibilitado a formação do futuro docente para as práticas inclusivas.

E como objetivos específicos:

- ✓ Investigar e analisar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Química na perspectiva da educação inclusiva;

- ✓ Identificar e relatar quais foram as experiências formativas que marcaram minha formação e me possibilitou perceber que todos têm direito à educação, garantindo-se oportunidades iguais.

Para organização deste trabalho, o mesmo foi dividido da seguinte forma: introdução; revisão teórica sobre formação docente e princípios da educação inclusiva; percurso metodológico da pesquisa em que a caracterizamos; resultados de pesquisa com análise sobre os documentos oficiais do curso e a escrita autoetnográfica com o percurso formativo de licencianda em Química; por último, as considerações finais, onde destacamos os apontamentos necessários para uma formação profissional com foco na educação inclusiva.

2 REVISÃO TEÓRICA

Para que hoje uma educação de qualidade seja direito de todos, houve um longo caminho de lutas, estas que vieram internacionalmente guiando o Brasil. Sobretudo, para que todo indivíduo tenha direito de formar-se um cidadão com acesso e participação das políticas públicas, independente de suas características (MENEZES; SILVA, 2017).

Para isso, leis e diretrizes foram criadas para assegurar tais direitos, como, por exemplo, a Lei 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão, que fala sobre a necessidade de criação de políticas de exclusão de barreiras “comunicacionais, arquitetônicas, pedagógicas, instrucionais e atitudinais” (TORRES; DAXENBERGER, 2022, p. 7), com intuito de promover condições de igualdade, visando à inclusão social e cidadania da pessoa com deficiência. Essa Lei também é conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, garantindo os direitos dessas pessoas no pleno exercício de sua cidadania, exigindo que o Estado e demais instituições, sejam elas públicas ou privadas, observem com prioridades as demandas da Pessoa com Deficiência (PcD).

Sendo assim, o trabalho com a diversidade e o respeito às diferenças são pontos importantes a serem debatidos nos cursos de formações docentes, pois o processo de inclusão, assim como o de exclusão, pode se iniciar dentro da escola. Nesta perspectiva, o “professor sendo um dos principais agentes transformadores no desenvolvimento de uma escolarização menos excludente” (ULIANA *et al.*, 2020), deve contribuir na aprendizagem dos estudantes de tal forma que, além dos conhecimentos científicos, aprendam a respeitar o outro. Cabe reiterar que quando falamos sobre inclusão não se trata apenas de pessoas com algum tipo de deficiência, e sim, de “todos os sujeitos que sofreram ou sofrem algum tipo de privação por alguma diferença inerente ao seu ser” (FELICETTI; BATISTA, 2020).

Nesse contexto, o educador que possui prática pedagógica baseada em princípios da educação inclusiva precisa saber lidar com as diferenças e diversidades, não com um modelo de pensamento pronto para todos os alunos, mas reconhecendo que esses aspectos fazem parte da essência humana (MORIN, 2001; FREIRE, 1997). No entanto, a inclusão não depende apenas do professor, pois, diariamente, estão submetidos a condições que afetam no processo de uma

escolarização inclusiva (SANTOS; PEREIRA, 2018). Tratando-se dessas condições (GATTI, *et al.*, 2019), afirmam que

A construção de sistemas educativos de qualidade, equitativos e inclusivos passa, necessariamente, pela efetivação de políticas docentes que promovam atratividade à carreira, formação inicial e continuada consistente, reconhecimento e possibilidade de desenvolvimento profissional, remuneração e condições de trabalho adequadas (GATTI *et al.*, 2019, p. 7).

Nessa perspectiva, o ensino de Química deve ir além da exploração de conceitos fundamentais, contribuindo para socialização, sustentabilidade, aspectos culturais, éticos e ambientais. Assim, irá aproximar as pessoas da realidade, incluindo aqueles que têm necessidades específicas.

os professores de Química têm um grande desafio com relação à educação inclusiva, considerando-se que essa educação requer dos profissionais de ensino uma prática cooperativa. Ademais, há uma necessidade da participação de todos os envolvidos na educação, necessita-se de uma mudança significativa nos projetos políticos pedagógicos, nos planejamentos, nas metodologias desenvolvidas em sala de aula, nas avaliações e, sobretudo, de uma adequada formação do professor para atuar dentro desse contexto (MENEZES, 2017, p. 16).

Segundo Menezes (2017), é importante considerarmos as especificidades da Química nesse discurso, pois é vista por muitos como uma disciplina complexa. Durante as aulas usam-se equações, experimentos, cálculos, dentre outros elementos de ensino. Com isso, o professor deve planejar sua aula adaptada para alunos, com ou sem deficiência, de maneira que a aprendizagem se torne significativa e usual para a vida do sujeito aprendente. Para isso, os novos currículos de curso de licenciatura já abarcam demandas sobre educação inclusiva, embora muitas vezes observamos que são citados leis e decretos em ementas, considerando apenas um ou dois tipos de deficiências. Sobre essas questões, os autores Sousa; Santos e Galiazzi (2019) dispõem que:

A Educação em Ciências se mostra pouco disposta a tratar de suas questões filosóficas. Muitos pesquisadores e professores estão mais interessados em aplicações práticas imediatas, porque a área tem sido associada ao treinamento de técnicas de ensino e de aprendizagem, com foco nas teorias fundamentadas na Psicologia. (SOUSA; SANTOS; GALIAZZI, 2019, p. 402).

Mesmo com todos os desafios e peculiaridades que citamos, a Lei é objetiva e clara, o direito de educação de qualidade e a permanência nas instituições devem

abranger a todos, além disso, é necessário o ensino igualitário, independente da área de conhecimento.

Dentro desse contexto, destaca-se a Lei nº. 7853/89 que foi regulamentada com Decreto de nº. 3.289/99, o qual em sua escrita reafirma o direito das crianças com deficiência serem matriculadas nas escolas em todos os níveis de ensino, esclarecendo a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) acrescenta também o direito e a obrigação dos pais matricularem seus filhos com deficiência na rede de ensino regular sob a Lei de nº. 8.069/90. O Decreto de nº. 6571 de 17 de setembro de 2008 constitui o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é mais um dos serviços da educação inclusiva. Este envolve a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos de acessibilidade que possam facilitar a aprendizagem em ensino regular em parceria com o(a) professor(a) da sala de recursos multifuncionais ou AEE.

Logo, é perceptível o quanto a formação docente inclusiva é necessária. A Lei de diretrizes e bases da educação Brasileira (LDB 9394/96) possui um capítulo especificamente sobre educação especial, identificando-a como complemento do ensino regular e apontando as responsabilidades a respeito da inclusão. Portanto, em seu Capítulo V, art. 59, item I, II e III da LDB trazem que:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados; professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).

A Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006) também são documentos importantes, que contemplam a formação de professor como um fator imprescindível para inclusão. Cabe ao docente conhecer a deficiência de seus alunos e buscar meios de comunicação, ensino, estratégias e adaptações que contemplem a todos da turma (CARVALHO; SOUZA, 2015).

Sassaki (2001) e Carvalho (2005) descrevem a educação inclusiva como uma proposta em que se respeita as diferenças e diversidades humana dentro do ambiente educacional, considerando as necessidades específicas dos educandos e promovendo uma educação de qualidade. Sendo assim, a escola passa a assumir uma responsabilidade social sobre o sentimento de pertencimento, acolhimento, planejamento e execução de ações educacionais que considere as características de seus alunos. Segundo Stainback (2001) e Sassaki (2001), a escola inclusiva se adapta para melhor atender seus alunos.

Schaffner e Buswel,(2001) elencam dez elementos essenciais a construção de uma escola inclusiva, os quais resumidamente descrevemos aqui: a construção de um projeto político pedagógico pautado nos princípios de inclusão em que os atores sociais assumam suas responsabilidades e deliberem para a construção de práticas inclusivas, bem como, o fortalecimento do sentimento de pertencimento; que o papel de liderança assumido pelo diretor possa fomentar a formação docente e o acompanhamento/monitoramento de aprendizagem de todos os educandos, assim como a socialização dos sucessos e discussões de revisão de planejamento quando se fizer necessário; a parceria com os outros profissionais e redes de apoio, no qual possam contribuir com os serviços complementares à educação junto a escola; desenvolver uma assistência técnica e organizada de apoio ao professor e aluno; manter a flexibilidade, tal como, a possibilidade de adaptações curriculares e de acesso ao currículo; manter sempre disponível o processo de mudança para eliminação das barreiras de aprendizagem.

Nesse ínterim, entendemos que a formação docente, a partir desses elementos legais, filosóficos e pedagógicos, deve estar presente na base curricular do licenciando em Química para que ele possa aprender o que é inclusão escolar, porque realizá-la e como fazê-la.

Como diz Morin (2001), temos a necessidade de repensar, a reformar e de reformular o pensamento. Por isso, o corpo docente “precisa considerar a aptidão geral para colocar e tratar os problemas; princípios e organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentidos” (MORIN, 2001, p. 21), rompendo com o reducionismo curricular para uma formação humana, acadêmica, social e política.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O tipo de análise utilizada foi a documental, a qual é caracterizada pelo estudo analítico de materiais/documentos (PIMENTEL, 2001), dessa forma, sendo necessária para discorrer a respeito dos documentos de formação docente, com ênfase no PPC do curso de Química do campus II da UFPB. Segundo Souza; Katorski; Luis, (2011), esse tipo de análise consiste em

Identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011, P.223)

A partir do citado, entende-se que é preciso ter um objetivo a ser cumprido durante a análise, quando cumprido é factível a contextualização com o tema abordado na pesquisa. Essa forma de coleta de dados é bem pertinente quando o pesquisador deseja apreender o máximo de conhecimento dinâmico sobre dada situação ou fenômeno (MINAYO; DESLANDES, 1998)

Em relação ao tipo de pesquisa, apresenta abordagem de natureza qualitativa, visto que uma das principais características é ter como fonte direta de dados o próprio pesquisador (CRESWEL, 2007). Ainda segundo esse autor, neste tipo de abordagem o processo é muito importante, ou seja, há uma preocupação por parte do pesquisador de “como” o problema se manifesta, sobretudo, nas interações cotidianas.

Durante o estudo, exponho minha trajetória acadêmica enfatizando a minha aproximação com as atividades de inclusão na graduação. Diante disso, me ponho como pesquisadora sendo o próprio sujeito participante das ações descritas. Com base nas considerações, o método qualitativo é o mais apropriado para essa construção de conhecimento.

O método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam (MINAYO, 2008, p. 57).

Essa linha de pesquisa, a qual está sendo aplicada, é caracterizada pela homogeneidade do objeto de pesquisa e o pesquisador, os quais formam uma única

identidade, mas se revelam em diferentes momentos. Por isso, é caracterizada, também, como uma escrita autoetnográfica. Amaral (2018, p. 15) dispõe que

A autoetnografia é aqui compreendida como uma ferramenta reflexiva que possibilita discutir os múltiplos papéis do pesquisador e de suas proximidades, subjetividades e sensibilidades na medida em que se constitui como fator de interferência nos resultados e no próprio objetopesquisado (AMARAL, 2018, p. 15).

A autoetnografia é vista por alguns autores como algo além de um método. Segundo Wall (2006, p. 6), ela tem um conceito amplo que se conecta ao tipo de pesquisa qualitativa, e também se familiariza com métodos literários experimentais. Entretanto, é uma forma de escrita que recebe críticas por algumas pessoas, pois, julgam o formato, falta de sistematização na narrativa, e que isso pode fugir do rigor metodológico. É um tipo de pesquisa que necessita de cautela e conhecimento didático, para que “não sejam adotadas abordagens de modo acrítico” (WALL, 2006, p. 11).

Ao destacar a vivência do sujeito pesquisador em sua pesquisa, ressalta-se a significância da autoetnografia, de forma que transforma suas experiências em pesquisa científica provocado por diversas autorreflexões. Naturalmente, permite a reconstrução de novos conceitos, mediante uma realidade subjetiva. Fica explícito que o desenho de investigação autoetnográfica cabe o sujeito pesquisador como parte do problema de investigação (BOSSLE; MOLINA NETO, 2009).

Sabendo da importância da inclusão na sociedade, diante de minhas reflexões e críticas sobre o assunto, justifico esta investigação devido a minha participação nos componentes curriculares: “Educação especial”, “Educação e inclusão social”, “LIBRAS-Língua Brasileira de Sinais”, “Política e gestão da educação”, “Fundamentos Psicológicos da Educação”, “Relações Étnicos Raciais”, assim como, a participação em eventos extracurriculares na área de educação especial, as quais serão contempladas em meu relato.

Em síntese, esse trabalho apresenta a minha trajetória acadêmica como graduanda em Química, focando na minha formação docente, tal que me permitiu conhecer a educação inclusiva. Partindo deste pressuposto, este é constituído por uma análise documental, o qual será composto pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de licenciatura em Química, baseando-se nos princípios dos programas de

ensino da área de educação, do meu relato sobre a educação inclusiva e a perspectiva desse conhecimento em minha formação profissional e cidadã.

Pela mesma razão, os instrumentos utilizados na pesquisa, foram: análise documental e escrita de relato autoetnográfico. Gil (2008) traz em seu texto uma concepção importante de instrumentos de pesquisas no geral, para ele

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo estão a pesquisa experimental, a pesquisa ex- post-facto, o levantamento, o estudo de campo e o estudo de caso (GIL, 2008, p. 3)

Portanto, a discussão dos dados e sua análise, inicialmente, é a documental, seguida da escrita autoetnográfica, analisados à luz dos fundamentos da educação inclusiva e legislações nacionais e internacionais que tratam sobre a temática.

4 ANÁLISE DOCUMENTAL SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM QUÍMICA NO CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS.

Ao longo do tempo, as concepções sobre formação de professores sofreram e vem sofrendo mudanças, por diversos fatores. Pode-se considerar as inovações e mudanças na sociedade, como contribuintes neste processo. Desta forma, O Conselho Nacional de Educação na Resolução nº. 2 de 1º de julho de 2015, onde define as Diretrizes Curriculares Nacionais, determina docência no art. 2, 1º parágrafo como ação educativa.

Compreende-se à docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo (BRASIL, 2015, art. 2).

Partindo desse pressuposto, foi realizada uma análise do PPC do curso de Licenciatura – Química do CCA da UFPB, no qual estou me formando. Tendo como finalidade, discutir a respeito dos componentes curriculares que tratam sobre inclusão, carga horária e suas ementas.

Este PPC foi aprovado pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), da Universidade Federal da Paraíba em 2011, tendo período letivo de entrada no semestre 2012.2. Os objetivos do curso Licenciatura em Química da UFPB-CCA são: “Formar profissionais da educação com competência para o desempenho de atividades didático-pedagógica e competência na consecução do ensino de conteúdos do componente curricular de Ciências Naturais no Ensino Fundamental e Química no Ensino Médio” (Resolução nº 65/2011 do CONSEPE). Em relação ao perfil dos formandos, o documento menciona que os profissionais da educação tenham conhecimentos diversos de ciências naturais e específicos de Química.

O projeto do curso apresenta uma estrutura curricular e atividades diversificadas que visam a formação do profissional da educação com conhecimentos diversos em Ciências Naturais e específicos em Química voltados para o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem (Resolução nº 65/2011 do CONSEPE).

Conforme a BNCC (2018), estes aspectos apontados na Resolução do CONSEPE nº 65/2011 estão presentes no âmbito da área de Ciências da Natureza, que assim está expresso como competência a ser desenvolvida nos educandos do ensino médio:

COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 1 - Analisar fenômenos naturais e processos tecnológicos, com base nas interações e relações entre matéria e energia, para propor ações individuais e coletivas que aperfeiçoem processos produtivos, minimizem impactos socioambientais e melhorem as condições de vida em âmbito local, regional e global. COMPETÊNCIA ESPECÍFICA 3 - Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais, nacionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação - TDIC (BRASIL, 2018, p. 554-558) .

Pletsch (2009) afirma que o docente deve estar preparado à intervenção de respostas adequadas em situações de dentro e fora da sala de aula que estejam diretamente ligadas com os desenvolvimentos dos estudantes. Logo, compreende-se a importância da estrutura e qualidade dos cursos de licenciaturas, visto que são essenciais no desenvolvimento da sociedade mediante mudanças educacionais efetivas.

O Quadro 1 apresenta os componentes curriculares do curso de Licenciatura em Química, no qual podemos identificar uma vasta categoria de disciplinas na área de Química, as quais cursei, como obrigatórias e optativas. Exceto três destas, que restam cursar: Física experimental – 60h, Reatividade de compostos orgânicos – 60h, Bioquímica metabólica I – 90h.

Quadro 1 - Composição curricular do curso de Licenciatura em Química da UFPB/CCA

1. Conteúdos Básicos e Profissionalizantes				
1.1 Conteúdos Básicos				
Disciplinas	Créditos	Carga Horária		Pré-requisitos
		Teórica	Prática	
Álgebra Linear	4	60	0	-
Cálculo I	4	60	0	-
Cálculo II	4	60	0	Cálculo I
Mecânica	4	60	0	Cálculo I

Eletrromagnetismo	4	60	0	Mecânica
Física Experimental	4	0	60	Cálculo I
Introdução à Estrutura da Matéria	4	60	0	-
Introdução às Transformações Químicas	8	60	60	-
Termodinâmica Química	4	60	0	Cálculo I
Cinética Química	2	30	0	Termodinâmica Química
Físico-Química Experimental	4	0	60	Cálculo I
Espectroscopia e Química Quântica	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Cálculo II
Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Reatividade de Compostos Orgânicos	4	60	0	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Técnicas Experimentais em Química Orgânica	8	60	60	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Princípios de Análise Química	8	60	60	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Análise Química Instrumental	8	60	60	Princípios de Análise Química
Bioquímica Metabólica I	6	90	0	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Química dos Elementos	4	60	0	Introdução à Estrutura da Matéria e Introdução às Transformações Químicas
Química de Coordenação e Materiais	4	60	0	Química dos Elementos
Mineralogia	4	60	0	-
Derivados de Cana-de-Açúcar	4	40	20	Estrutura e Propriedade de Compostos Orgânicos
Total	104	15	0	
1.1 Conteúdos Profissionais				
Fundamentos Antropo-Filosóficos da Educação	4	60	0	-
Fundamentos Sócio-Históricos da	4	60	0	

Educação				
Fundamentos Psicológicos da Educação	4	60	0	
Política e Gestão da Educação	4	60	0	
Didática	4	60	0	
Metodologia para o Ensino de Química	4	30	30	Didática
Educação Especial	4	60	0	
Total	28	42		
1.3 Estágio Curricular				
Estágio Supervisionado I	6	60	30	Didática
Estágio Supervisionado II	6	60	30	Estágio Supervisionado I
Estágio Supervisionado III	6	30	60	Estágio Supervisionado II
Estágio Supervisionado IV	9	30	105	Estágio Supervisionado III
Total	27	45		
Total (1.1+1.2+1.3)	151	225		
2. Conteúdos Complementares				
2.1 Conteúdos Complementares Obrigatórios				
Leitura e Produção Textual	4	60	0	-
Metodologia do Trabalho Científico	4	60	0	Leitura e Produção Textual
Pesquisa Aplicada à Química	4	60	0	Metodologia do Trabalho Científico
Libras	4	60	0	-
Trabalho de Conclusão de Curso I	2	0	30	Metodologia do Trabalho Científico
Trabalho de Conclusão de Curso II	2	0	30	TCC I
Total	20			
2. Conteúdos Complementares Mínimo de 11 créditos, sendo 04 créditos do Eixo II e 04 créditos do Eixo III		30		
Eixo Temático I: Pressupostos Antropo-Filosóficos, SócioHistóricos, Psicológicos				
Educação Sexual	3	45	0	-
Economia da Educação	4	60	0	-

Fundamentos da Administração da Educação	4	60	0	-
Fundamentos Biológicos da Educação	4	60	0	-
Antropologia da Educação	3	45	0	-
Eixo Temático II: Pressupostos Sócio-Políticos e Pedagógicos				-
Educação e Inclusão Social	3	45	0	-
Pesquisa e Cotidiano Escolar	4	60	0	-
Currículo e Trabalho Pedagógico	4	60	0	-
Planejamento e Gestão Escolar	4	60	0	-
Eixo Temático III: Pressupostos Didático-Metodológico e SócioEducativo				-
Seminário de Problemas Atuais em Educação	3	45	0	-
Introdução aos Recursos Audiovisuais em Educação	3	45	0	-
Alfabetização de Jovens e Adultos: Processos e Métodos	4	60	0	-
Educação e Movimentos Sociais	4	60	0	-
Seminário de Educação Ambiental	3	45	0	-
Avaliação da Aprendizagem	4	60	0	-
Disciplinas Optativas área de Química				
Biofísica	4	60	0	Cálculo I
Bioinorgânica	4	60	0	Química dos Elementos
Bioquímica Metabólica II	4	20	40	Bioquímica Metabólica I
Biotecnologia	4	60	0	Bioquímica Metabólica I
Inglês Técnico	3	45	0	-
Introdução à Informática	3	0	35	-
Nanociência e Nanotecnologia	4	60	0	Espectroscopia e Química Quântica
Planejamento e Otimização de Experimentos	4	60	0	Princípios de Análise Química
Prática Desportiva	4	60	0	-
Química de Alimentos	4	60	0	Bioquímica Metabólica I

Química e Fertilidade do Solo	4	60	0	Princípios de Análise Química
Química Computacional	4	60	0	Espectroscopia e Química Quântica
Síntese Inorgânica	4	60	0	Química de Coordenação e Materiais
Síntese Orgânica	4	60	0	Reatividade de Compostos Orgânicos
Total	11			
2.3 Conteúdos Complementares Flexíveis				
Tópicos Especiais em Química I	3	45	0	
Tópicos Especiais em Química II	3	45	0	
Total	6	90		
Total (2.1+2.2+2.3)	37	555		
TOTAL DO CURSO	196	2940		

Fonte: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

Com o exposto, levando em consideração a relação da área de inclusão que compõe o Quadro 1, destacamos que a matriz curricular do curso de Química do CCA/UFPB apresenta as seguintes disciplinas: Educação especial – 60h, Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS – 60h, Fundamentos psicológicos da educação – 60h, Educação e inclusão social – 45h, Educação das relações étnico raciais – 45h, das quais cursei todas elas. As ementas das mesmas constam no Quadro 2.

Sobre a formação na área de inclusão social, destacamos que as disciplinas presentes no Quadro 2, e cursadas pela pesquisadora, estão de acordo com o que está previsto na Resolução CNE nº 02 de 2019 e que aponta competências também da BNCC sobre a inclusão, como está previsto. Assim está nestes documentos:

I - A formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a **uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes** (BRASIL, 2019, Artº6, grifo nosso)

Assim como, na BNCC em suas competências gerais da educação básica nº 9 trata sobre a diversidade e o respeito a todos

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2018, p. 10)

Quadro 2 - Disciplinas na área de inclusão presentes na matriz curricular do curso de licenciatura em Química da UPFB/CCA

COMPONENTE CURRICULAR	EMENTA	CARGA HORÁRIA
EDUCAÇÃO ESPECIAL	Perspectivas históricas, social e psicológica da educação especial. Caracterização das necessidades educativas especiais. Modalidades e níveis de atendimento educacional às pessoas portadoras de necessidades especiais. Tecnologias Assistivas e Adaptativas. Avanços tecnológicos na educação especial. Tópico: Informática em Educação Especial	60h
LIBRAS - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS	Aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais da Surdez. Concepções de linguagem, língua e fala e suas implicações no campo da Surdez. Elementos definidores do status linguísticos da Língua de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos da Língua Brasileira de Sinais. A Libras na relação fala-escrita.	60h
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	Estudo dos saberes teóricos sobre o desenvolvimento psicológico e a aprendizagem humanos aplicados ao processo de ensino e aprendizagem.	60h
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL	A noção de inclusão social e direitos humanos. Elementos constitutivos do sistema de exclusão/inclusão social: as pessoas, as instituições sociais. Desigualdade social e diversidade. Processo/produto da construção do conhecimento e inclusão social. Pertencimento social e relações sociais. Fundamentação teórica e metodológica da educação inclusiva. Práticas educacionais, estratégias de inclusão social. A inclusão como construção do indivíduo cidadão. Identidade pessoal, protagonismo social e construção do	45h

	projeto de vida na escola. Educação inclusiva e políticas públicas.	
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS	Estudo da história da África e dos Africanos. A luta dos negros no Brasil. História e cultura negra brasileira. O negro na formação da sociedade nacional. Resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil. Políticas de reparações, de reconhecimento e valorização, de ações afirmativas. Ações educativas de combate ao racismo e a discriminações.	45h

Fonte: Universidade Federal da Paraíba, 2011.

Diante do apresentado, constatamos que o PPC do curso de Química citado neste trabalho inclui em sua matriz curricular, conhecimentos sobre educação inclusiva em suas disciplinas, o que é estabelecido pelos CNE 2015 e 2019, como em outros documentos legais citados durante a escrita. Todavia, destacamos que na realização dos Estágios Supervisionados, em nenhum momento foi oportunizado ações de **estudos específicos sobre PcD**, ou as questões mais amplas de inclusão social, sendo, em nosso entendimento, necessário um olhar mais crítico sobre gerenciamento de didática e gestão de pessoas para o atendimento às demandas individuais dos estudantes (BRASIL, 2015).

5 FORMAÇÃO PROFISSIONAL: O relato autoetnográfico

Ao iniciar este relato, gostaria de enfatizar que escrevo em primeira pessoa do singular, pois será um recorte de um momento da minha vida, desde a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para entrada na universidade, até o final deste curso.

No ano de 2017 através do ENEM, fui aprovada no curso de licenciatura em Química da Universidade Federal da Paraíba, campus II, localizada na cidade de Areia-PB. Para iniciar o período letivo de 2017.1 foi necessário aguardar um ano após matrícula, visto que a entrada acontece anualmente. Então, em 2018, mudei de ideia para iniciar os estudos de nível superior. No início a adaptação foi complicada, principalmente por eu ter dificuldade em disciplinas de exatas. Isso me deixou angustiada e me fez pensar em desistir do curso, pois, a maioria das disciplinas específicas da Química exigem conhecimentos matemáticos. Todavia, após o primeiro período resolvi realizar matrículas apenas em disciplinas pedagógicas, e foi nesse momento que conheci o componente curricular do 9º período do curso “Educação Especial”, o qual me despertou o interesse pela inclusão, e assim, passei a buscar conhecimento sobre essa temática.

Ao cursar o componente curricular “Educação Especial” consegui compreender a importância de adaptações e atitudes inclusivas. Percebi desde então, que o adiantamento desse componente foi necessário para que eu pudesse seguir minha trajetória acadêmica.

Na sequência, enquanto licencianda me dispus a conhecer mais sobre a educação. Participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), em que tive o primeiro contato com a sala de aula, enquanto professora em formação. Durante a minha experiência de observações no PIBID minha curiosidade sobre inclusão aumentava cada dia mais, de tal forma que os componentes curriculares e atividades que surgiam na área eu buscava participar, como o congresso de Inclusão promovido pelo Instituto Federal da Paraíba (IFPB) na cidade de Campina Grande- PB, palestras, mini-cursos, dentre outros tipos de eventos.

A partir do conhecimento dos conceitos, definições, formas de comunicação, etc., passei a me questionar: será que curso de Química do qual sou discente está preparado para receber um aluno deficiente, formar e assegurar os seus direitos de forma igualitária? Através de uma conversa informal com a coordenação do curso sobre a acessibilidade no laboratório e nas aulas, questionei se havia Pessoa com Deficiência matriculada naquele momento. Em forma de diálogo, o responsável pelo curso me informou que há ausência de algumas adaptações no Laboratório de Química, disse também que não tinha matrícula até o momento de nenhum aluno com deficiência visual, mas que como direito de uma PcD, a instituição tinha que fazer as adaptações necessárias. A rápida conversa despertou-me a vontade de realizar um trabalho de conclusão de curso que abrangesse a minha experiência enquanto discente de Química relacionando-a com os conhecimentos a respeito da educação especial.

O tema foi aprofundando-se conforme cada etapa da graduação, através das redes sociais conheci o Comitê de Inclusão e Acessibilidade (CIA), logo, me inscrevi em cursos e palestras promovidos pelo mesmo. Nessas participações tive a oportunidade de aprender conceitos importantes, como o capacitismo, que é uma forma de discriminação a uma PcD, visto que em diversos cenários são tratados como incapazes, o que não é verdade. Outro conhecimento foi a descrição de imagens para deficientes visuais, com este, pude colocar em prática nas publicações em redes sociais dos projetos que participei descrevendo as imagens postadas em textos alternativos para serem acessíveis para todos, por meio de ferramentas tecnológicas, os cegos conseguem fazer a leitura do texto.

Dessa forma, pude compartilhar aprendizados com colegas e alunos que tive contato através do PIBID, projetos de extensão, como o “Cine Bruxaxá: uma experiência cineclubista e literária na cidade de Areia” e “Cursinho Pré-Enem do Centro de Ciências Agrárias”, e do Programa de Residência Pedagógica (PRP), assim como aprendi a ser uma pessoa com práticas inclusivas no meu cotidiano. Durante a participação do “Cine Bruxaxá” tive a oportunidade de ressaltar o tema de inclusão para ser debatido, o qual, também, se tornou tema de palestra. Esse projeto de extensão ocorreu de maneira virtual, ainda durante o isolamento social devido à pandemia causada pelo Covid-19. Apesar de haver grandes desafios, fui mediadora

quanto a educação especial, nesse espaço, e o resultado foi de um debate valioso sobre o tema.

Ainda, durante o período de isolamento social, participei de cursos virtuais promovidos pelo CIA da UFPB. Estudei LIBRAS, fui voluntária e depois bolsista do Programa de Licenciatura (PROLICEN), o qual tem a temática sobre utilização de recursos audiovisuais e tecnológicos no ensino de Química. Através dele aprendi bastante sobre utilizar as ferramentas digitais. Toda a bagagem adquirida na trajetória durante a minha formação acadêmica me fez ser uma pessoa melhor na vida pessoal, tentando não praticar ações de exclusão e que como professora devo utilizar tais conhecimentos em minhas aulas para poder incluir a todos respeitando as diferenças de cada aluno ou funcionário.

Durante o percurso desta pesquisa, exponho que minha base foi na disciplina de educação especial, que me fez refletir sobre as causas de inclusão, comecei a pesquisar e buscar aprender mais sobre as necessidades específicas de cada deficiência e transtornos, como também em como contribuir no processo de inclusão, os demais componentes do (Quadro 2) fortaleceram esse processo de aprendizagem. Atualmente, percebo que é necessário de, no mínimo, toda a comunidade dentro e fora das academias de ensino saber o conceito de educação inclusiva, e entender o que é a educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Para que assim, possamos garantir as mínimas condições de acesso ao ensino, a aprendizagem e a conclusão do curso dos educandos, assim como previsto pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (BRASIL, 2015).

Entende-se a educação especial, como está previsto na LDB (1996), no capítulo sobre educação especial, como complemento à educação básica por meio de atendimento educacional especializado aos educandos que demandam tais atendimentos. É público da educação especial, pessoas com deficiência, com transtorno do espectro autista (TEA), com altas habilidades e, podemos ainda apontar aqueles que têm dificuldades de aprendizagens por distúrbios diversos, como o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), dislexia, discalculia e outros.

Nesse resumo, posso dizer que o curso de Química ao trazer em sua matriz curricular a disciplina de Educação Especial, Libras, Educação e Inclusão Social,

além dos Fundamentos de Psicologia, me proporcionou formação adequada para o que se espera nos documentos legais (BRASIL, 2018, 2019). Todavia, ainda aponto que seria muito interessante que os licenciandos pudessem ter carga horária mais ampla nesta área, ou, com maior quantidade de disciplinas optativas que pudessem tratar acerca das mais diversas demandas a respeito da inclusão social e educativa.

Por fim, por esta pesquisa ter tido como base o relato de minhas experiências, teve como intenção também provocar reflexões, sobre a importância desta temática na formação de professores, especificamente no ensino de Química, para que haja mobilização e conscientização. Só é possível se construir uma sociedade inclusiva se sairmos do discurso para as práticas de inclusão. Esse trabalho por si só não esvazia o campo da pesquisa quanto a temática inclusão no ensino de químico.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos os objetivos propostos nesta pesquisa, identificamos o quão necessário é conhecermos a estrutura das graduações nos quais estamos inseridos, de forma que possamos buscar melhorias de igualdade a todos. Na licenciatura em Química, a qual estou inserida, tornei-me uma pessoa preocupada com os aspectos vinculados à educação especial, pois, foi dentro do curso que conheci o que é a inclusão, e nele também foi despertado o olhar crítico quando se trata do assunto de inclusão e acessibilidade no ensino, diante de algumas situações citadas em meu relato.

Importante ressaltar que os componentes curriculares observados no Quadro 2, me proporcionaram conhecer os fundamentos da educação inclusiva, o que é necessário e importante enquanto professora de Química da educação básica em formação. Como afirma Pletsch (2009), o professor deve estar preparado para as mais diversas situações que estejam dentro do contexto de desenvolvimento dos alunos. Podemos relacionar essas situações com a necessidade de adaptações de atividades e planejamento de aulas que sejam inclusivos, respeitando as diferenças dos estudantes. Relaciono minhas palavras com o autor Meirieu (2002) que define o trabalho pedagógico

O trabalho pedagógico [...] é um trabalho de prospecção nos saberes a ensinar; um trabalho incansável para descobrir como [...] torná-los acessíveis a outros sujeitos além daqueles que já são capazes de dominá-lo [...]. É um trabalho que consiste em apoderar-se dos objetivos de aprendizagem [...]. Procurar, tentar, quebrar a cabeça para tentar fazer compreender em que medida aquilo que se ensina é objeto de intangibilidade [...] (MEIRIEU, 2002, p. 83)

Neste sentido, apontamos algumas sugestões de ações e elementos que podem melhorar o curso de Licenciatura em Química da UFPB/CCA a formar professores de Química inclusivos, preparados para ensinar e assegurar os direitos de igualdade e permanência de alunos deficientes nas escolas e instituições educativas, esses pontos surgiram a partir das minhas experiências enquanto discente e como pesquisadora através da análise documental do PPC, são:

➤ Trabalho interdisciplinar entre as disciplinas de metodologias para o ensino de Química e educação especial para assim trabalharem-se metodologias que atendam

peessoas com deficiência, como também, adaptação de materiais específicos da Química;

- Durante estágios supervisionados trabalhar os fundamentos da inclusão e praticar ações inclusivas nas instituições de ensino vinculadas ao estágio;
- Em novas versões de PPC do curso, inserir novas disciplinas optativas e/ou obrigatórias voltadas para inclusão, como, por exemplo, um componente curricular exclusivo para elaboração, adaptação e construção de materiais e equipamentos utilizados durante o curso de Química, principalmente em laboratórios.
- Formação continuada dos docentes da graduação com ênfase na educação inclusiva.

Em vista dos argumentos apresentados, reitero que o trabalho tem o intuito de despertar a reflexões e consequentemente ações, sobre o tema através da análise documental do PPC e do relato autoetnográfico. Ademais, não são as pessoas com deficiência que devem adaptar-se à escola, mas, a escola que deve estar adaptada para todos.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Sérgio de. **Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação**. Rio de Janeiro, FASE, 2003. Disponível em: <https://baixardoc.com/preview/10-sergio-azevedo-06-5c705bd617332>. Acesso em: 28 set. 2022.
- AMARAL, Adriana. Autonetnografia e inserção online: o papel do pesquisador-insider nas práticas comunicacionais das subculturas da web. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 14-24, 30 abr. 2009. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/240989434_Autonetnografia_e_insercao_online_o_papel_do_pesquisador_insider_nas_praticas_comunicacionais_das_subculturas_da_Web. Acesso em: 15 jan. 2023.
- BOSSLE, Fabiano; NETO, Vicente Molina.; WITTIZORECKI, Elisandro Schultz; DANIEL, Jonas Vasconcellos. **Autoetnografia: possibilidades de investigação e de formação no âmbito da Educação Física**. XVI CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE E III CONGRESSO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 16., 2009. Bahia: [S.N], 2009. 12 p. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/autoetnografia-possibilidades-de-investigacao-e-de-formacao-no-ambito-da-educacao-fisica>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 8, de 11 de Março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em Química. Brasília, 2002. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_rces0802.pdf?query=LICENCIATURA>. Acesso em: 06 mar. 2023.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 1 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Brasília, CNE/CP, 2015. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf>. Acesso em 17 abr. 2021.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília, CNE/CP, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em 23 nov. 2022.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 23 nov. 2022.
- BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Senado Federal. Brasília, 2015. Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em 26 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <Base Nacional Comum Curricular - Educação é a Base (mec.gov.br)>. Acesso em: 26 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB n. 9.394, Capítulo V da Educação Especial, 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2005. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28 set. 2022.

BRASIL. **O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069**. Senado Federal. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 28 set. 2022.

CARVALHO, Marina Borges Wall Barbosa; SOUZA, Andrea Jesus Lemos. Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva e os planos de educação. **Educação e fronteiras On-Line**, Dourados, v.5, n 13. p. 131-149. maio-ago.2015. Disponível em: https://ppgecpan.ufms.br/files/2016/02/Dossi%C3%AA_Educa%C3%A7%C3%A3o_Especial_e_Inclus%C3%A3o_Escolar.pdf Acesso em: 24 nov. 2022.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. Disponível em:
https://jefersongonzalez.files.wordpress.com/2013/09/1_carvalho.pdf. Acesso em: 25 mai. 2023.

CRESWEL, John Ward. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. Disponível em: <Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto: Creswell, John W. Free Download, Borrow, and Streaming: Internet Archive>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Declaração de Salamanca: recomendações para a construção de uma escola inclusiva**. 2003. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie3.pdf>>. Acesso em 17 nov. 2022.

FELICETTI, Suelen Aparecida; BATISTA, Irinéa Lourdes. A formação de professores para a Educação Inclusiva de alunos com deficiências a partir da literatura. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, v. 12, n. 24, p. 165-180. 2020. Disponível em: <
<https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbfp/article/view/312>>. Acesso em: 23 nov. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO, Elba Siqueira; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri. (2019). **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. Disponível em: <<https://elizabethruano.com/wp-content/uploads/2016/08/gil-2008-delineamento-da-pesquisa.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MEIRIEU, Philippe. **A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de recomeçar**. Tradução: Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MENEZES, Uilde Santana; SILVA, da Costa Tourinho Adjane. Os desafios de professores de Química na perspectiva da Educação Inclusiva. **Enseñanza De Las Ciencias: Revista De investigación Y Experiencias didácticas**, Barcelona, n.º Extra, p. 2539-2544, 2017. Disponível em: <<https://raco.cat/index.php/Ensenanza/article/view/339199>>. Acesso em: 25 mai. 2023

MINAYO, Maria Cecília Souza; DESLANDES, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 35-42, jan./mar. 1998. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csp/a/xzcHYX4w88D36ZswRjLGVfB/abstract/?lang=pt>> Acesso em: 13 mai. 2023

MINAYO, Maria Cecília Souza. **O desafio do conhecimento**. 11ª ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. 1975. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em 17 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência**. 1982. Disponível em: <file:///C:/Users/Gabbu/Downloads/Programa%20de%20a%C3%A7%C3%A3o%20mundial%20para%20as%20pessoas%20com%20defici%C3%Aancia%20-%20ONU%20-%201982.pdf>. Acesso em 17 nov. 2022.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 114, p. 179-195, 2001. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/FGx3yzvz7XrHRvqQBWLzDNv/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2023

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar**, Curitiba, n. 33, p. 143-156, Editora UFPR, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2023.

ROCHA, Leandro O; ARAÚJO, Samuel N; BOSSLE, Fabiano. Autoetnografia, Ciências Sociais e Formação Crítica: Uma Revisão da Produção Científica da Educação Física. **Rev. Int. de Form. De Professores (RIFP)**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 168-185, out./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/368/156>. Acesso em: 08 set .2022

SANTOS, Mateus José; PEREIRA, Cláudio Alves. A formação de professores de química na perspectiva da educação inclusiva: revisão bibliográfica dos anais do ENEQ (2008-2018). **Revista Debates em Ensino de Química**, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 22-39, 31 dez. 2021. Disponível em: <https://www.journals.ufrpe.br/index.php/REDEQUIM/article/view/4234/482484539>. Acesso em: 17 nov. 2022.

SANTOS, Teresa Cristina. Coelho; MARTINS, Lúcia Araújo Ramos. Práticas de professores frente ao aluno com deficiência intelectual em classe regular. **Revista Brasileira de Educação Especial**, [S.l.], v. 21, n. 3, p. 395-408, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/mqpDQtBrJCJBY7Pdbc8PxBf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2023.

Sassaki, Romeu Kazue, *Inclusão: construindo uma sociedade inclusiva*. 1. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2001.

SCHAFFNER, Beth; BUSWELL, Barbara. Os dez elementos críticos da escola inclusiva. In: STAINBAC, William, e STAINBACK, Susan. *Inclusão – um guia para mediadores*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUSA, Robson Simplício; SANTOS, Alexandre; GALIAZZI, Maria do Carmo (2019). A Filosofia na Formação de Professores de Química em Minas Gerais: O que se Mostra nos Componentes Curriculares de Licenciaturas em Química. **Química Nova na Escola**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 399-413. Disponível em: <QNEsc - (sbq.org.br)>. Acesso em: 12 mai. 2013.

SOUTO, Maricélia Tomáz; LIMA, Beatriz da Silva; PEREIRA, Erica Domingos. **Educação inclusiva no brasil contexto histórico e contemporaneidade**. Anais I CINTEDI, 1., 2014. Campina Grande: Realize Editora, 2014. 10 p. Disponível em: <<http://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/8712>>. Acesso em: 17 Nov. 2022.

SOUZA, Jacqueline; KANTORSKI, Luciane; LUIS, Margarita. ANÁLISE DOCUMENTAL E OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE NA PESQUISA EM SAÚDE MENTAL. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/download/5252/4469/>> Acesso em: 13 mai. 2023.

STAINBAC, William; STAINBACK, Suzan. **Inclusão**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

STARR, Lisa J. The use of autoethnography in educational research: locating who we are in what we do. **Canadian Journal for New Scholars in Education**, [S. l], v. 3, n. 1, p. 01-09, jun. 2010. Disponível em: <<https://journalhosting.ucalgary.ca/index.php/cjnse/article/view/30477>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

TORRES, Wender. **A FORMAÇÃO DO INSTRUTOR DE LIBRAS: um relato autoetnográfico**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Libras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

ULIANA, Marcia Rosa; PAULA, Ingryd Luana Wonczak de; SANTOS, Pamela da Silva; NASCIMENTO, Thainani Rodrigues Amorim. UMA ANÁLISE DA PRESENÇA DAS TEMÁTICAS EDUCAÇÃO INCLUSIVA NOS PROJETOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA DA REGIÃO NORTE DO BRASIL. Reamec - Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 41-60, 6 set. 2020. Revista REAMEC. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/reamec/article/view/10185/7519>. Acesso em: 26 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 04/2004**. Estabelece a Base Curricular, para a Formação Pedagógica dos Cursos de Licenciatura. Paraíba: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2004. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ccl/contents/documentos%20antigos/res-consepe-04-2004_estabelece-a-base-curricular-para-a-formacao-pedagogica-dos-cursos-de-licenciatura.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº 07/2010**. Orienta a elaboração e reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFPB. Paraíba: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Resolução nº. 65/ 2011**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Química, Licenciatura, do Centro de Ciências Agrárias, Campus II, desta Universidade. João Pessoa, 2011.

WALL, Sarah. An autoethnography on learning about autoethnography. **International Journal of Qualitative Methods**. [S.l], v. 5, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/5_2/pdf/wall.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.